O Presidente da Câmara Municipal, em 16 de outubro do corrente ano. Estiveram presente os vs. Flávio Ribeiro, Dr. Hermínio Rodrigues, Leônidas de Souza Lima, José Santana e Júlio de Oliveira. Não houve expediente. Após 15 minutos foi procedida nova chamada, pelo secretário Sr. Dec vs. Souza Lima, não havendo quorum não houve sessão ficando determinada a próxima para o dia 17 do corrente.

Hermínio Rodrigues - Presidente.

Leônidas de Souza Lima - Secretário

Ata da primeira sessão da 4ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Lavras, em seu período legislativo de mil novecentos e trinta e nove. Os Presidência e Secretaria foram ocupados pelos titulares. A sessão iniciou com a presença de 6 (seis) vereadores, sendo que no decorrer da mesma compareceram os vs. Hermínio Rodrigues e Prof. Xavier Ribeiro. Deixaram de comparecer os srs. Sebastião Ferreira, Victor Vieira de Carvalho, João Batista Santana e Odorico Fraga por motivos justificados. Na leitura do expediente verificou-se: Um convite do Sétimo Festival de Cultura em Juiz de Fora; Ofício da Secretaria da Prefeitura Municipal prestando informações e um ofício do vs. Victor Vieira de Carvalho pedindo licença. Devido êste ofício estar faltando ata de licença o vs. Souza Lima solicitou que o mesmo fosse suspenso e que fosse intimado do fato e o ofício fosse devolvido ao requerente para completá-lo. O vs. Presidente deferiu tal solicitação, sendo o ofício entregue ao Líder do vs. P.S. Foram colocados em discussão os projetos em pauta. Projeto que autoriza a Prefeitura Municipal a parcelar dívidas e dá outras providências, foi colocado em discussão tendo o vs. Prof. Xavier Ribeiro, enquanto não pudessem estar tal projeto visto que, o mesmo ocor-

sitaria de dois terços, pois no Plenário só havia 10 vereadores. O v. Presidente pediu aos srs. que fizessem a leitura do artigo que exigia a presença simples do projeto, uma vez que o mesmo não é da perda de cargo ou de lançamento da dívida. Pela ordem o vs. Dr. Francisco pondera os palavras do Presidente, ressaltando que a aprovação só depende de 2/3 dos vereadores. Usou da palavra o vs. José Sanches que concordou com o texto do projeto, pois o mesmo é de grande interesse para a municipalidade, ainda o vs. Agnaldo Aguiar de Siqueira em seu pronunciamento e interação nos anos dessa vereança foi concedido um aumento, manifestou que usou da palavra o vs. Dr. Francisco Aguiar de Siqueira em nome de sua bancada se favorável ao regime de urgência. Usou da palavra o vs. Luiz Lima esclarecendo que só o projeto poderia ser enviado pelo Executivo por tratar de matéria. O pedido de regime de urgência foi aprovado por unanimidade. Sendo assim o projeto foi colocado em 1º discussão em regime de urgência. Usou da palavra o vs. Clóvis Ribeiro, que concordou com o texto do projeto, e solicitou que após aprovado e sancionado o projeto divulgue-o para que todos possam tomar conhecimento. O-cupando a tribuna o vs. Dr. Francisco Robert, baseado no artigo 39 do Regimento Interno, pediu abster-se de votar devido estar em débito com as Taxas da municipalidade em função do serviço profissional. Usou da palavra o vs. Luiz Lima contra favorável, mas se for em débito aplaudo-o. Usou pela ordem. O v. Presidente solicitou ao vs. Secretário que chamasse a votação, o que assim fez a seu pedido. Usando a palavra, o vs. Heraldo Pinto Filho, disse ao projeto a finalidade de propiciar uma facilidade de pagamento aos que estão em atraso e que a Constituição do Estado e Regimento Interno nos impede a aprovação por unanimidade, de projeto desta natureza. Logo em seguida o vs. Walter a Ordem e Presidência. O projeto submetido a 1ª votação foi aprovado que 2ª votação em regime de urgência o projeto foram aprovados unanimemente, bem como em 2ª em votação final. Foi colocado em 1ª discussão o projeto que Dá Denominação a Logradouro Público. Usou da palavra o vs. Luiz Lima, solicitando que o projeto vá em discussão pela 2ª vez, tendo em vista a ausência, quando o mesmo estava em discussão, em que o projeto foi aprovado, um-

tomando o vs. seu uso expansão sobre o referido projeto, esperando ser o projeto seu discutido em regime de urgência. O sr. Presidente colocou em discussão este expediente. Usou da palavra o vs. Juiz de Dr. Oliveira, que indagou do pagamento do projeto e a abertura de clausula é necessária ou não é público. Respondendo disse o vs. Juiz que nada tem a declarar de fato da sua pública. Continuando, o vs. Juiz de Direito solicitou, por consultado ao Diretor da Rua Primeira em Departamento de Obras da Prefeitura a ampliação e em seu público. Com uso da palavra o vs. Vereador Ribeiro indagou que o pagamento do projeto custeio foi devido a ausência, ele presente para discutir-lo, pedia que deveria voltar em pauta após sua presença. Continuando na tribuna o vs. Juiz de Dr. Oliveira disse não estar absolutamente certo a ampliação pedida a Rede, pois deveria limitar-se mente no que estava em condições. Ocupando a tribuna o vs. Vereador indagou que apesar de não se constituir ao projeto, só poderá aprovar-lo, após a solicitação do vs. que lhe antecedeu, ainda indagou ao vs. Juiz de Direito se no Departamento de Obras este pronto, aprovada para a compra da referida ampliada. Com uso da palavra o vs. Vereador Jacob disse que se o Projeto concordou em fazer a abertura da rua é porque não há nada de inconveniente, pois caso contrário teria havido o embargo, depois o vs. que o projeto fora sustado até a confirmação do Código de Rua Primeira. O vs. Juiz de Dr. Oliveira, esclarecendo o vs. que disse a tribuna indagou ao vs. Dr. Promotor se lhe como advogado garantia a responsabilidade seus votos, caso afirmativo votaria favoravelmente. Ocupando a tribuna o vs. Vereador disse foi isto proposto pelo vs. Emilio que pedia fosse aprovado o projeto na sua discussão e que neste caso, a sua legalidade foi entregue a municipalidade. Com uso da palavra disse o vs. Dr. Francisco que os vereadores não leis mas mandam e é um caso puramente decisório. Sôbre a indagação do vs. Juiz de Direito usou da palavra o vs. Dr. Promotor, dizendo inicialmente que desconhecia a ciência, pois existe na casa vereadores que mal sabem ler, pedindo vênia para retirar-se, continuando após afirmou ser o homenageado um cavalheiro de fato e que os vereadores

Vereadores vota favoravelmente e que assume toda a responsabilidade foi aprovado e em tramitação publico. Usando da palavra o Vereador Silvio Cezar Cardoso com o autor do projeto, disse que a mesma foi aberta com o pleno conhecimento das autoridades. O regime de urgência solicitado a votação foi aprovado por todos os vereadores presentes. Foi o projeto colocado em 1ª discussão em regime de urgência. Usando da palavra o Vereador Jairo de Oliveira e Jovi Cardoso que efetuaram Votação favorável ao projeto, após o pronunciamento do Vereador do M.D.B. Submetido a votação o projeto logo aprovado unanimente. Em 2ª votação em regime de urgência também foi aprovado, bem como em 3ª votação em sua redação final. O Vereador Presidente colocou em primeira discussão o projeto que Declara de Utilidade Pública o Hospital Vila Martins. Usou da palavra o Vereador Cloves Ribeiro que requereu regime de urgência em 1ª discussão e votação em uma única sessão. Este solicitação submetida a voto foi aprovado. O projeto submetido a primeira votação em regime de urgência logo aprovado por todos os vereadores presentes. Em 2ª discussão e votação em regime de urgência o projeto também foi aprovado por unanimidade, bem como em 3ª votação em sua redação final. Foi colocado em 1ª discussão o projeto que Concede Título de Cidadão Honorário. Usou da palavra o Vereador Cloves Ribeiro, que fez uma breve explanação sobre o mesmo. Em 1ª discussão foi aprovado por unanimidade. Também logo aprovado regime de urgência em segunda votação, bem como em Terceira votação em sua redação final. Por último foi colocado em primeira discussão o projeto que Concede Título de Cidadão Honorário. Usou da palavra o Vereador Cloves Ribeiro, requerendo regime de urgência. O Vereador Presidente Vereadores Paulo, Vereador Jairo de Oliveira, usou da palavra o Vereador Dr. Francisco Rodrigues, que requereu se encaminhado até Poder Executivo a constituição diga Resolução aprovada pela Câmara Municipal que a votação e procedida dentro mesma. Foi feita a leitura pelo Secretário. Pela ordem o Vereador Francisco Rodrigues disse não se pronunciar em

te-lo de vinculado Cunha mandou-se Redigir a Representação
tão necessária, o que fazia longo tempo, solicitou o Sr. Presidente
do Projeto até que se corrija a Resolução para que a entrada seja feita
em três meses consecutivos. Este pedido submetido a voto foi aprovado por unanimidade. Passando a 3ª parte ordem do dia o
Sr. Clóvis Ribeiro que requereu: 1º que se oficie ao Sr. Prefeito para determinar a retirada de pedras que se encontram no passeio na Travessia
Negrão de Lima; 2º que o Sr. Prefeito determine o encascalhamento da
rua que dá acesso ao Grupo Escolar Oscar Bastos; 3º que o Chefe do Executivo determine a capina e limpeza no final da Rua Ladeira
Valadares; 4º solicitou ao Sr. Prefeito outro entendimentos com o Diretor do
DNOS, para estudo com moradores da Rua Pitanguinha, no Bairro Laranjeiras, para construção de rede de Esgoto. Este pedidos submetidos a voto
foram aprovados unanimes. Aparteando-o no artigo 105 o Sr. José Santana
requereu uso da palavra, submetido a votos foi aprovado. Requereu o
Sr. oficio ao Sr. Prefeito para tomar providências urgentes no sentido de
mandar colocar grades protetoras, nas caixas de captação daguas, na
Rua Dr. Jerônimo. Esta solicitação foi aprovada unanimemente. 4º e 5º
ante não houve. Passando ao 6º ponto foi determinado pelo Presidente
que nesta a discussão do projeto Orçamentário. Pela ordem o Sr. José
Soares de Mesquita, requereu a suspensão dos trabalhos até o próximo dia
útil e vet. Sendo esta solicitação aprovada pelos vereadores presentes. Nada
mais havendo a tratar foi a presente sessão encerrada, lavrando-se
esta ata que depois de lida e aprovada. Eu Tarcisio: Dou
fé e li: Sou o Sr. Jairo de Andrade Albuquerque, não disse mesmo
que a Bancada do Rede, mas que o Líder e os demais vereadores
da Bancada do Sr. Paulo Monteiro Vieira) e da Rede. Que os vereadores
Jairo de Andrade Albuquerque, José Santana e Clóvis Ribeiro, votaram a
favor do projeto, não por haver aprovado o Líder do MDB, mas
sim o advogado Dr. Francisco Rocha, que é realmente um bom
Servidor público. O Sr. Dr. Francisco Rocha, durante a discussão do
mesmo e foi aprovado a seguinte retificação: Onde que não se encontra
a Lei" que vereadores não vale nada" Retorna-se isto sim

de hoje dela que, vencidos como todo legítimo, e' hoje sua
convocação Ordinária.

Presidente

Vereador - Secretário

Vice Presidente

Acta da segunda sessão, da sexta reunião ordinária, da Câmara Municipal de Santos, no período legislativo de 1964, aos vinte e sete dias do mês de outubro do corrente ano, reuniu-se na sala de sessões da Câmara, sob a presidência do vereador, sendo a mesa composta dos seguintes: Deixaram de comparecer: Benedito de Lacerda Lima, Victor Vilas de Carvalho, José Tomás de Magalhães e Hermano Gianotti. Ao ato anterior foi aprovada com emendas. Ordem do dia: Oficio 61/63 encaminhando expediente do Departamento de Administração. Por solicitação do Sr. Presidente ao Sr. Secretário foi mencionado os papeis que se encontram na mesa para discussão. O projeto que concede título de Cidadão Santista até que haja modificação do Regimento, projeto em melhor vida de fogo para Feira livre para o comércio ligeiro, situado com a Conselho Especial, projeto de lei, até sessões até 2ª ordem e o Orçamento de 1965. O Sr. Presidente indagou a Conselho Especial e já haviam dado o parecer favorável que pedimos dispensa-lo. Pela ordem o Sr. Benedito Ferreira solicitou a dispensa do dito parecer, dando o longo tempo que o projeto vinha encontrar na casa. O Conselho é constituído: José Santana, Silvio Silva, Clovis Ribeiro, Sebastião Fonseca e José B. Gouveia, sendo substituído o Sr. José Conrado. Os pareceres favoráveis: Pela ordem do dia: José Santana, Silvio Silva e Clovis Ribeiro e os Srs. Sebastião Fonseca e José B. Gouveia foram pela permanência da ordem. Foi colocado em discussão o parecer favorável